



II CONPESQ Congresso de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Os novos rumos da ciência pós-pandemia

12 a 16 de abril de 2021 Universidade Federal do Cariri - UFCA

RELATO DE EXPERIÊNCIA: NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR

Paulo Robertson Nogueira Sousa¹

Universidade Federal do Cariri
paulo.robertson@aluno.ufca.edu.br

Fabiana A. Lazzarin²

Universidade Federal do Cariri
fabiana.lazzarin@ufca.edu.br

RESUMO: Trata sobre a efetivação das políticas institucionais de acessibilidade para as pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior. Dessa forma, o problema da pesquisa: como elaborar e quais parâmetros utilizar para a criação da política institucional para inclusão e acessibilidade, de forma a garantir a permanência com qualidade, dos estudantes com deficiência no contexto universitário, especificamente na Universidade Federal Cariri (UFCA)? Este projeto tem como objetivo geral: elaborar uma proposta de política institucional para inclusão e acessibilidade para estudantes com deficiência no contexto da UFCA. Para alcançar o objetivo proposto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) investigar as propostas acerca das diretrizes para a elaboração da política institucional de inclusão e acessibilidade na Universidade Federal do Cariri; b) preparar o documento em seu conteúdo para a construção da proposta da política institucional para inclusão e acessibilidade na UFCA. Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental, exploratória de cunho qualitativo. Diante do proposto, será possível nortear a instituição no que diz respeito às estratégias de promoção da educação inclusiva. Conclui-se que é de suma relevância compreender os parâmetros que englobam a criação de uma política institucional de inclusão e acessibilidade em nível nacional, a fim de alinhar as universidades federais numa atuação inclusiva e democrática que minimize os efeitos de evasão, assim como propicie condições permanentes e efetivas para as pessoas com deficiência no âmbito do Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Institucionais de Acessibilidade; Pessoas com Deficiência; Universidade Federal Cariri.

ABSTRACT: It deals with the effectiveness of institutional accessibility policies for people with disabilities in higher education institutions. Thus, the research problem: how to elaborate and what parameters to use for the creation of the institutional policy for inclusion and accessibility, in order to guarantee the permanence with quality, of students with disabilities in the university

1 Será preenchido pela Comissão após avaliação com as informações dos metadados da submissão.

2 Será preenchido pela Comissão após avaliação com as informações dos metadados da submissão.

context, specifically at Universidade Federal Cariri (UFCA)? This project has as general objective: to elaborate a proposal of institutional policy for inclusion and accessibility for students with disabilities in the context of UFCA. To achieve the proposed objective, the following specific objectives were outlined: a) to investigate the proposals regarding the guidelines for the elaboration of the institutional policy of inclusion and accessibility at the Federal University of Cariri; b) prepare the document in its content for the construction of the institutional policy proposal for inclusion and accessibility at UFCA. This research is characterized as bibliographic, documentary, exploratory of a qualitative nature. Given the proposal, it will be possible to guide the institution with regard to strategies to promote inclusive education. We conclude that it is extremely important to understand the parameters that encompass the creation of an institutional policy of inclusion and accessibility at the national level, in order to align federal universities in an inclusive and democratic performance that minimizes the effects of evasion, as well as providing conditions permanent and effective opportunities for people with disabilities in Higher Education.

Keywords: Institutional Accessibility Policies; Disabled People; Federal University Cariri.

1 INTRODUÇÃO

Hodiernamente, a sociedade gira em torno da diversidade humana, emergindo discussões, a respeito da inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD), pois, há desconhecimento da capacidade funcional deste público, sendo compreendido aspectos mais significativos para o não cumprimento de leis, acesso à educação e inserção no mercado de trabalho (FILGUEIRA, 2019).

Pensando nisso, realizou-se o levantamento dos dados relacionados à Educação Superior no Censo entre 2015 a 2018 disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dos estudantes universitários existentes em âmbito nacional com e sem deficiência.

Tabela 1 - *Número de matrículas em cursos de graduação no Brasil*

<i>Ano</i>	<i>Nº de matrículas declarados PcD</i>	<i>Nº de matrículas não declarados PcD</i>	<i>Nº total de matriculados</i>
2015	37.927	7.989.370	8.027.297
2016	35.891	8.012.810	8.048.701
2017	38.272	8.248.391	8.286.663
2018	43.633	8.407.122	8.450.755

Fonte: Adaptação INEP de (2015 a 2018)

No artigo 3º, da Lei nº 12.711/2012, que outrora disporia acerca do ingresso de pessoas autodeclaradas pretos, pardos e indígenas nas Universidades Públicas Federais e Instituições

Públicas Federais de Ensino Técnico de Nível Médio, através das subcotas. Não obstante, em 24 de abril de 2017, fora publicado no Diário Oficial da União que esse artigo sofrera alteração a fim de abranger também as Pessoas com Deficiência (PcD). Logo, possibilidade de crescer significativamente o número de PcD no âmbito das instituições públicas federais (BRASIL, 2012).

Diante desse cenário, ver-se-á a necessidade de aparatos normativos e legislativos acerca da temática, para promover não apenas o acesso dessa parcela da população às universidades federais, mas também a permanência com qualidade das PcD no meio acadêmico. No ano de 2007 o Ministério da Educação (MEC), mediante a Portaria normativa nº 14, que instituiu a criação do “Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior”, onde suscitou a criação e/ou desenvolvimento das Secretarias de Acessibilidade para dar suporte e orientar as pessoas com deficiência no âmbito das universidades (BRASIL, 2007).

Além disso, o Documento Orientador do Programa Incluir, com a finalidade de assegurar o direito da PcD à educação superior, tem por objetivo principal orientar quanto à institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES). Dessa forma, de 2005 a 2011, o Programa se efetivou por meio das chamadas públicas concorrenciais, que neste período, representaram o início da elaboração de estratégias a fim de identificar as barreiras enfrentadas pelas PcD para adentrar nas universidades. Doravante à 2012, esta ação foi efetivada abrangendo todas as IES, instigando, assim, o desenvolvimento de uma Política de Acessibilidade abrangente e estruturada (MEC, 2013).

Conforme orientado pelo MEC, uma política voltada à inclusão das PcD no ensino superior deve contemplar a acessibilidade no plano de desenvolvimento institucional, no planejamento e execução orçamentária, na composição da equipe de profissionais, nos projetos pedagógicos dos cursos, na infraestrutura arquitetônica, no atendimento ao público, no espaço eletrônico e demais publicações, no acervo pedagógico cultural, e na disponibilização de recursos acessíveis e materiais pedagógicos (MEC, 2013)

Em continuidade, é cada vez mais evidente a necessidade de formulação de políticas direcionadas a atender às pessoas com deficiência, contemplando sua inclusão na agenda política do país, bem como o acesso a bens e serviços proporcionando iguais oportunidades para todos. (MARIANO *et al.*, 2017).

A Universidade Federal do Cariri (UFCA), criada pela Lei nº 12.826 de 5 de junho de 2013 e até então nomeada por Universidade Federal do Ceará (UFC) campus Cariri, originou-se devido ao processo de interiorização da UFC para a região do Cariri (BRASIL, 2013;

UNIVERSIDADE..., 2017). A UFCA possui o propósito de atender as necessidades acadêmicas distribuídos sob quatro pilares: ensino, pesquisa, cultura e extensão.

No momento atual a UFCA possui 25 cursos de graduação. Entre 2014 a 2019 na UFCA, somavam-se 59 estudantes declarados pessoa com deficiência, disponibilizado pela Secretaria de Acessibilidade (Seace/UFCA).

Desse modo, a seguinte a formulação do problema: **como elaborar e quais parâmetros utilizar para a criação da Política Institucional para inclusão e acessibilidade, de forma a garantir a permanência com qualidade, dos estudantes com deficiência no contexto universitário, especificamente na Universidade Federal Cariri (UFCA)?**

Portanto, baseia-se na hipótese que a partir da elaboração deste documento, respeitando-se o processo coletivo e multidisciplinar, será possível estabelecer diretrizes para promover uma política de atuação local para a inclusão e permanência com qualidade dos estudantes com deficiência no âmbito da UFCA.

Por se tratar de uma exposição de ideias que motivam a realização deste estudo como sendo científico, sua pertinência se apoia no **contexto institucional**, demonstrando a regulação da UFCA no atendimento à Constituição Federal Brasileira; já em seu **contexto social**, dialogando para a inclusão e a acessibilidade das PCDs e sua inserção social no contexto do Ensino Superior; enquanto no **contexto profissional**, evidencia a relevância desta temática na área da Ciência da Informação, mais no que tange a Biblioteconomia, que fornece diversas interações, contextos, normativas e recomendações com padrões nacionais e internacionais.

Segundo Lindemann (2014), a interação entre a técnica, os elementos sociais e a prática fizeram conceber a nomeada Biblioteconomia Social, que se trata da assimilação das realidades e contextos sociais, colocando a responsabilidade do bibliotecário para além da técnica, indo ao encontro da transformação social. Para pessoas cegas, surdas, com mobilidade reduzida, com altas habilidades e deficiência intelectual e física.

Além disso, por meio da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA), foram realizadas ações simultâneas entre informação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) dando atenção à disparidade de recursos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, emergindo, por exemplo, a adoção de padrões internacionais de livros falados, entre outros.

2 OBJETIVOS

Este projeto tem como objetivo geral, elaborar uma proposta de política institucional para inclusão e acessibilidade para estudantes com deficiência no contexto da UFCA. E, os seguintes objetivos específicos:

- a) investigar a proposta acerca das diretrizes para a elaboração da política institucional de inclusão e acessibilidade na UFCA;
- b) preparar o documento em seu conteúdo para a construção da proposta da política institucional para inclusão e acessibilidade na UFCA;

Assim, com base no que fora abordado, bem como na multiplicidade de ações e esforços conjuntos, compreende-se que o aporte de contribuições deste projeto trará respostas que, certamente, não esgotarão um assunto amplo e, concomitantemente, específico e complexo; mas, proporcionará direcionamentos, regras, conceitos e responsabilidades, norteados o funcionamento e processo decisório por meio de conhecimentos, bem como os resultados desta pesquisa seja promovida e desenvolvida no âmbito acadêmico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos aqui estabelecidos partem de um ciclo de continuidade estabelecido semelhantemente à primeira etapa desenvolvida deste projeto; contudo, expressa-se que em seu modelamento de dados ocorreu atualização e aprimoramento de informações.

Esta pesquisa parte de uma teoria sociológica fundamentada em linhas de pensamento Fenomenológico, ou seja, busca-se compreender o cotidiano dos sujeitos em suas necessidades básicas ao ingressarem no ensino superior, avaliando o modo de viver das pessoas, suas intencionalidades e, como a elaboração de uma política institucional para inclusão e acessibilidade dos estudantes com deficiência, nas instâncias da UFCA; infere-se que tal debate poderá desenvolver futuras ações voltadas à qualidade e permanência dos diversos atores que compõem uma universidade, inclusive as PcD.

Dessa forma, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, pois, baseou-se em referências e materiais já elaborados publicados em livros e periódicos nas várias áreas do conhecimento e a natureza das fontes percorrerá, também, por documentos oficiais, publicações parlamentares, fontes estatísticas, publicações administrativas, entre outros. Além disso, quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, pois proporciona mais conhecimento acerca do assunto e objeto estudado, isto é, analisando as políticas institucionais e explorando suas peculiaridades (GIL, 2008; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Já no que diz respeito ao polo avaliativo, caracteriza-se como qualitativa, pois tem foco

na qualidade, como metas de investigação, o entendimento, a generalização e a descoberta, ou seja, compreender como devem ser estabelecidas as diretrizes para a elaboração da política institucional de inclusão e acessibilidade da UFCA (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A presente pesquisa, desenvolve-se pelo levantamento de universidades e institutos federais brasileiros pelas macros regiões, foram localizados documentos desde políticas de acessibilidade, plano de acessibilidade e normativos internos das entidades de ensino superior.

Ressalta-se, ainda, que todo o processo de construção dessa proposta está ocorrendo em parceria contínua com a SEACE/UFCA.

4 REFERENCIAL

Este capítulo vislumbra detalhar alguns quesitos que fazem parte de uma política institucional de acessibilidade. Para tanto, será definido os seguintes tópicos: caracterização de política, inclusão e acessibilidade, política institucional e de acessibilidade. Esses tópicos configuram-se primordiais para a compreensão de propostas que podem ser aplicadas no âmbito da acessibilidade.

Em primeira instância, uma política é um conjunto de regras e normas estabelecidas para o estado, apropriando o poder do homem sobre outro homem. As diretrizes destas são um conjunto de ações e atividades humanas para um bem maior (NEVES, 2017).

Destarte, a Política institucional é um conjunto de regras, normas e diretrizes baseada no que diz respeito ao acesso a ferramentas e instrumentos normativos, visando trabalhar as ações e metas promovidas, subdivididos por macro e micro processos.

Compreende-se que as PcD esperam nos dias atuais uma sociedade ciente de suas responsabilidades, ou seja, participativa na construção de políticas de inclusão, a fim de modificar o pensamento que os PcD são incapazes de interagir no meio social. No que concerne à conceituação de inclusão, sua perspectiva etimológica trata-se de uma “Integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade” (DICIO, 2019, não paginado).

Na concepção de Sasaki (2010), a inclusão pode ser compreendida como o processo pelo qual a sociedade adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, PcD (além de outras) e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Nesta perspectiva, entende-se que acessibilidade funciona como um conjunto de ações e atividades estabelecidas por meio de decretos, lei e normas que buscam mitigar os efeitos sociais, como as barreiras comunicacionais e de espaço, promovendo o acesso à educação, saúde, ao trabalho, ao lazer e, outros. Conforme Sasaki (2009) discorre que a acessibilidade é

uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana; logo entende-se que os parâmetros estabelecidos pelo desenho universal contribuem para a configuração de uma sociedade inclusiva por meio de projetos e ações que contemplam as diversas tipologias de deficiências.

Mediante as discussões sobre política, inclusão e acessibilidade, notou-se uma estreita relação em suas finalidades, principalmente no que se refere ao pensamento de tornar uma sociedade mais inclusiva. Nesse contexto, destaca-se o papel das políticas institucionais. Naquilo que concerne às políticas institucionais de acessibilidade, deve-se considerar os seguintes tópicos: plano, políticas, diretriz, meta e parâmetro.

O plano é o instrumento que instrui todo o processo de planejamento, que consiste no desenho de algo para ser feito no futuro de modo que seja executado por ações e metas estabelecidas no cronograma de longo ou curto prazo.

O plano para ser plenamente eficaz, isto é, para se tornar simultaneamente em instrumento de gestão ..., não se pode limitar apenas a equacionar corretamente os problemas a resolver; formular as soluções técnicas e economicamente viáveis; propor as formas administrativas e institucionais que permitam o seu aprofundamento; ou, ainda, suscitar as iniciativas, públicas e privadas que concorram para a sua materialização [...]. (Santos, 2011, p. 17-18).

Desde modo, o plano é um conjunto de ações estabelecido por fases em prol de alcançar os objetivos do seu proponente. Este é feito por planejamento de ideias e projetos a serem desenvolvidas e lançados pelas instituições públicas ou privados até a sua realização. Já as diretrizes, conforme Dourado (2015), configuram-se como instrumento normativo que orienta e regula ações e metas de planos, projetos, etc.

As metas representam em diversos contextos organizacionais “[...] objetivos quantificados [...] [permitindo] à equipe dispor de parâmetros de medida, que foram negociados de acordo com a realidade local e os dados existente [...]” (WALTER; EIRÃO; REIS, 2010, p. 31-32). Ainda conforme os autores, para se atingir essas metas, é preciso identificar as rotinas de ação, ou seja, são os parâmetros que devem ser inseridos, com foco no neste projeto de pesquisa, nos planos das políticas institucionais.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, serão explanadas as políticas mapeadas das IFES a fim de selecionar categorias para a elaboração da política institucional de inclusão e acessibilidade das PcD da UFCA. Dessa forma, *à priori*, para efetivação do mapeamento ocorreu a recuperação de documentos na base do portal das instituições que foram acessados através dos núcleos ou secretarias de acessibilidade, utilizando-se dos seguintes descritores: política de acessibilidade;

plano de acessibilidade e/ou normas/normativos de acessibilidade.

Para efetivação do mapeamento ocorreu a recuperação de documentos, utilizando-se como buscador o navegador do Google, que de acordo com o levantamento “State of Search Brasil 2020” da agência de marketing digital Hedgehog Digital, feita pelo Onion Box, as pesquisas no Google se destacam como o meio mais usado para conseguir informações sobre serviços (GRUPO STUDIO, 2020, *online*).

Realizada de forma *online*, entre os dias 16 a 30 de outubro de 2020, com os seguintes descritores: política de acessibilidade; plano de acessibilidade e/ou normas/normativos de acessibilidade, este estudo recuperou 36,300,000 documentos; sendo que após uma primeira fase de **leitura técnica**, compreendido por análise do corpo central da obra, complementada por outras fontes de informação que integram a obra sob estudo, como o título e seu grau de representatividade, o sumário e o índice de assuntos, o prefácio, entre outros, o *corpus* foi drasticamente reduzido para 88 documentos aptos com características que atendiam ao objetivo desta pesquisa.

Das 63 universidades federais brasileiras, somente de 15 instituições federais de fato demonstraram documentos que contribuiriam para a construção de uma proposta de política de inclusão e acessibilidade.

Gerou-se uma planilha contendo o mapeamento dos normativos que regulamentam a Inclusão e a Acessibilidade no âmbito das IFES. Observa-se que os documentos recuperados foram elaborados entre os anos de 2012 a 2020; no entanto, este não foi um refinamento de busca tencionado pelos pesquisadores.

Dos quinze documentos selecionados entre políticas, normativos, planos e cartilhas que em alguns momentos observa-se certa confusão por parte das instituições naquilo que de fato vem a ser considerado como política, obteve-se a seguinte distribuição por macrorregião do Brasil: **a) Centro-oeste:** política de acessibilidade da Universidade Federal de Goiás (UFG) e política de acessibilidade da Universidade de Brasília (UNB); **b) Norte:** normativa do programa de acessibilidade e educação inclusiva da Universidade Federal de Tocantins (UFT) e plano de acessibilidade Física da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); **c) Nordeste:** plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoa com deficiência da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), cartilha de acessibilidade na Universidade Federal do Ceará com Audiodescrição (UFC) e Resolução: N° (?) 2019 CONSUNI de 2019 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); **d) Sudeste:** plano de acessibilidade da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Resolução n° 164, de 14 de novembro de 2018 da Universidade Federal de São Paulo

(UNIFESP), Deliberação n°(?) de 2020/CEPE, de 2020 da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Resolução n° 037/2019 de 08 de maio de 2019 da Universidade Federal Fluminense (UFF), política de acessibilidade e atendimento educacional especializado para alunos de cursos à distância do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES); e, e) **Sul**: plano institucional de acessibilidade da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), plano de acessibilidade da Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS), relatório técnico inclusão e acessibilidade da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

Traça-se um levantamento de normativos que regulamentam a Inclusão e a Acessibilidade no âmbito das instituições públicas federais de ensino superior no cenário nacional, perscrutando os principais parâmetros utilizados por estas instituições para elaboração de seus documentos.

Observa-se que, embora o objetivo geral deste estudo seja a elaboração de uma política institucional para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, no contexto da UFCA, houve, *a priori*, a ampliação do escopo naquilo que se refere ao mapeamento das políticas, abrangendo também planos e normas que pudessem nortear ou contribuir para o presente estudo. *A posteriori*, aborda-se categorias de análise que permitirão traçar, de fato, uma política, indo ao encontro do objetivo deste estudo. Conforme salientado no percurso desta pesquisa, fora elaborado o quadro a seguir separado por região

Dessa forma, a partir de um estudo pormenorizado e aprofundado de cada documento constante nos permite inferir quais principais parâmetros observados podem compor a política institucional de acessibilidade e inclusão da UFCA, visto que uma política institucional estabelece a lógica de funcionamento referente aos processos gerenciais através da especificação de diretrizes, regras, conceitos e responsabilidades norteando o funcionamento e tomada de decisão no quesito acessibilidade e inclusão das PcD no âmbito acadêmico. Tal política exercerá como ferramenta de gestão visando regulamentar os macroprocessos e macro ações institucionais onde serão aplicadas.

6 RESULTADOS DA PESQUISA

A partir da análise dos dados realizada, é possível traçar e inferir categorias de análise que permitirão a elaboração de diretrizes que nortearão a política institucional de inclusão e acessibilidade voltada para os estudantes da UFCA.

Contudo, a partir dos estudos realizados, verificou-se a necessidade de criação de categorias de análise que permitem trazer uma visão mais holística do que trata a política

institucional de inclusão e acessibilidade da UFCA. Dessa forma, conjecturou-se que a estrutura da política subdividir-se-á em cinco categorias, que conforme mencionado no percurso metodológico são classes que reúnem um grupo determinado de elementos com características comuns sob título genérico.

Para definição das categorias, foram criadas a partir de referencial teórico somado ao estudo e análise realizado a partir das seguintes categorias:

- a) categoria 1: **introdução**, abordará um breve histórico e contexto atual da universidade no que toca à inclusão e acessibilidade das PcD, bem como uma contextualização da temática obtendo respaldo no Documento Orientador do Programa Incluir, onde sugere às IFES a criação de uma política de acessibilidade (MEC, 2013), além da justificativa apresentando a necessidade de elaboração de uma política para o corpo estudantil e por fim o objetivo geral do documento;
- b) categoria 2: **principais conceitos**, elencar-se-á alguns conceitos pertinentes para o público usuário, como por exemplo: conceitos de: acessibilidade, pessoa com deficiência, tipologias de deficiência, tecnologias assistivas, barreiras, desenho universal, mobilidade urbana, ajudas técnicas, etc
- c) categoria 3: **principais normativos**, abordará algumas legislações de âmbito nacional que favorece à acessibilidade e inclusão das PcD na educação e a criação das políticas de acessibilidade nas IFES; marcos orientadores relativos ao direito á educação e á acessibilidade.
- d) categoria 4: **responsabilidades**, aborda de quem é a incumbência do desenvolvimento do documento e fiscalização do progresso da inclusão e acessibilidade das PcD no âmbito da UFCA;
- e) categoria 5: **diretrizes e contextos de acessibilidade**, que abordará as metas em cada eixos (arquitetônica, programática, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental, recursos humanos e financiamento da política de acessibilidade) e posteriormente como alcançá-las, ou seja, quais ações devem ser executadas para a efetivação da inclusão e acessibilidade das PcD na UFCA.

Diante das categorias propostas para elaboração da política de inclusão e acessibilidade das PcD na UFCA, depreende-se que será possível nortear a instituição no que diz respeito às estratégias de promoção da educação inclusiva, sobretudo nas ações que a referida instituição deve desempenhar para viabilizar a permanência com qualidade das PcD no âmbito do ensino superior.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o panorama apresentado, pode-se evidenciar como ainda que tenha ocorrido uma atualização da coleta de dados de 2018 à 2020, a resposta à pergunta-problema desta pesquisa, a relevância de compreender os parâmetros inerentes da literatura sobre o assunto, e, por conseguinte, observar o processo evolutivo de pesquisas e ações nesse sentido, não sofreram alterações que possam ser consideradas essenciais. Portanto, pode-se considerar que as categorias/parâmetros para a criação da política institucional da UFCA para inclusão e acessibilidade atingiu seu estado de saturação, no qual ainda que outros estudos sejam incluídos ou atualizados, não haverá mudanças classificadas como expressivas.

Nessa perspectiva, refletiu-se sobre os aspectos necessários para a criação da política institucional para inclusão e acessibilidade na UFCA, visando garantir a permanência e qualidade dos estudantes com deficiência nesse ambiente educacional

Com efeito, essa concepção foi essencial para atender ao objetivo geral da pesquisa. A contemplação do mapeamento das categorias necessárias para elaboração de uma política institucional para inclusão e acessibilidade dos estudantes com deficiência, no contexto da UFCA, funcionou da seguinte maneira: de forma macro, depreender os parâmetros de uma política institucional com foco na inclusão e acessibilidade; e de forma micro, compreender os aspectos histórico-conceituais de uma política, inclusão e acessibilidade, política institucional e política institucional de acessibilidade.

Com efeito, a estruturação para à política institucional da UFCA, além de observar os tópicos supramencionados, também foi considerado ações norteadas pela inclusão e acessibilidade de outras instituições federais do Brasil. Logo, como diretrizes fundamentais para a construção desse documento, destaca-se: histórico e contexto atual da universidade sobre a inclusão e acessibilidade das PcD; enfatizar os principais conceitos de acessibilidade e tipologias de deficiências; aborda os princípios normativos, como as legislações do Brasil que favorecem acessibilidade e inclusão das PcD nas IFES; observar a incumbência do desenvolvimento dessa política na UFCA, por meio de fiscalização do progresso no processo de desenvolvimento; direcionar quais ações devem ser executadas para a efetivação da inclusão e acessibilidade das PcD na UFCA.

Por fim, vale ressaltar a importância de as IFES estarem cada vez mais alinhadas à uma sociedade contemporânea inclusiva e democrática. Além disso, torna-se essencial o desenvolvimento de novas pesquisas nesse sentido, a fim de que os obstáculos postos à permanência e inclusão das PcD nas instituições federais tenham seus efeitos mitigados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 12 ago. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr./jun. 2015.

SANTOS, Marcos Olímpio Gomes dos. **NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O PROCESSO DE PLANEAMENTO**. Universidade de Évora, 2011. Disponível em: http://home.uevora.pt/~mosantos/download/Planeamento_NocoosIntrodutorias_28Jul11.pdf. Acesso: 14 set. 2019

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARIANO, Thiago Batista *et al.* Políticas públicas de inclusão e acessibilidade. **Jus.com.br**, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58014/politicas-publicas-de-inclusao-e-acessibilidade>. Acesso em: 19 jun. 2019.

MEC. **Documento orientador Programa Incluir: acessibilidade na educação superior SECADI/SESu-2013**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17433-programa-incluir-acessibilidade-a-educacao-superior-novo>. Acesso em: 12 ago. 2019.

NEVES, B. C. **Tecnologia e mediação**. Curitiba: CRV, 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; EIRÃO, Tiago Gomes; REIS, Luciana Araújo. **Regulamentos, orçamentos, etcétera: miniguia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2010.

LINDEMANN, Cátia Rejane. A busca pela biblioteconomia social por meio da ciência da informação. 2014. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Federal do Rio Grande e Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande/RS, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.826, de 5 de junho de 2013. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará UFC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 5 jun. 2013. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30675616/do1-

2013-06-06-lei-n-12-826-de-5-de-junho-de-2013-30675612. Acesso em: 29 out. 2020.

FILGUEIRA, Bárbara Larissa Alexandre. **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: ações e práticas no contexto da Universidade Federal do Cariri**. 2019. 149 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2019